



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO (DEPLAN)

COORDENADORIA DEPARTAMENTAL DE PARCELAMENTO DO SOLO (CDPS)

## LISTA DE DOCUMENTAÇÃO DESMEMBRAMENTO DE GLEBA

Os documentos abaixo devem ser apresentados no guichê de atendimento da SMPDU em papel A4 – cópia simples e original para conferência – com exceção da planta e projeto.

### Documentos obrigatórios:

- ☐ Requerimento FO1575 preenchido e assinado;
- ☐ Comprovante de pagamento da taxa
- ☐ Planta aprovada com diretrizes urbanísticas validadas (cadastramento de gleba);
- ☐ Certidão de diretrizes urbanísticas dentro da validade (cadastramento de gleba)
- ☐ Certidão de matrícula atualizada emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis há menos de 6 (seis) meses
- ☐ Certidão negativa de ônus reais
- ☐ Certidão de matrícula cinquentenária do cartório de registro de imóveis da gleba para análise do imóvel a partir do ano de 1979
- ☐ Certidão de depósito e coleta regular de lixo emitido pelo Departamento de Limpeza Urbana (DLU)
- ☐ Laudo de Susceptibilidade a problemas geotécnicos (art 3º da lei 6766/79) com ART vinculada
- ☐ 2 vias do projeto de desmembramento conforme modelo CDPS-DEPLAN
- ☐ Mídia com projeto de desmembramento na extensão DWG compatível com CAD 2000
- ☐ Responsável técnico → ART, RRT ou TRT
- ☐ Autor do projeto urbanístico → ART, RRT ou TRT
- ☐ Requerente diferente de proprietário → Procuração/autorização para acompanhamento do processo
- ☐ Proprietário Pessoa Física → Documento com foto e CPF
- ☐ Proprietário Pessoa Jurídica → Contrato social ou Ata de nomeação de representantes

### **Observações:**

1. Quando necessário, o(a) técnico(a) da prefeitura poderá solicitar outros documentos que não estão nessas listas;
2. O projeto de que trata o caput deste artigo deverá ser protocolizado até 6 (seis) meses antes de vencido o prazo de validade da Certidão de Diretrizes Urbanísticas – art.5 §1º LC208/2018;
3. Apresentar toda documentação necessária para comprovar a vinculação da pessoa que efetivamente assina o projeto e o proprietário indicado em CRI;
4. Verificar a atividade técnica preenchida na ART adequada para execução de obra para parcelamento do solo (loteamento)